

Lei Municipal nº 93/71

A câmara Municipal de Miralabel decreta e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O quadro geral dos funcionários Municipais de Miralabel passa a ser assim reestruturado com os respectivos salários de I a XIII, bem como os vencimentos correspondentes a cada posto, revogando a Lei Municipal nº 86/71.

- Cargo de Confiança -

Nº de Cargo	Cargo	postos	
1	secretário	XI	45000 Mensal
1	chefe do serviço		
	da fazenda	XI	45000 Mensal
1	Contador geral	XI	300,00 Mensal
1	of. de registros	XI	200,00 Mensal

— Quadro efetivo —

Nº de Cargos	Cargos	patrões	Vencimentos anual
2	auxiliar de dat. lografo	VII	2880,00 //
1	auxiliar de Contabilidade	VII	2.880,00 //
1	Chefe do serviço de obras	VIII	3.600,00 //
1	fiscal de obras	VII	2.880,00 //
1	agente fiscal	VII	2.880,00 //
1	Coletor	XIII	3.600,00

— Quadro Suplementar —

Nº de Cargos	Cargos	Venc. anual
6	motoristas	2.400,00
2	Tratoristas	2.400,00
1	chefe de fiscalizações	3.600,00
1	encarregado do almoxarifado.	2.088,00
1	chefe do serviço de água e luz	3.600,00
1	auxiliar do serviço de luz	2.088,00
1	auxiliar do serviço de água	2.088,00
2	encarregados do serviço da manutenção elétrica	2.088,00

Departamento de Educação e Cultura Municipal

1 Diretor do Ensino

4.800,00

1 secretário de finanças	2.640,00
1 porteiro	2.088,00
2 serventes	1.200,00

- Departamento de saúde e assistência -

1 enfermeira chefe	2.400,00
1 auxiliar de enfermagem	1.200,00
1 médico	- - -

Parágrafo 1º - O pessoal do Quadro Suplementar é regido pelo estabelecido no curso das leis do Trabalho - C.L.T. e obedecerá ao regime previdenciário do I.P.S.E.M.G.

Artº 2º - Ficam extintos os funções gratificadas em cargos de Chefia ou Cargo de Confiança.

Artº 2º - A movimentação do pessoal e a consequente classificação é de exclusiva competência do Sr. Prefeito Municipal.

Artº 3º - Após dois anos de exercício efetivo o funcionário adquirirá estabilidade financeira, somente, perante o Município e Town - e estadual - Artº 100 da Const. Federal de 1969.

Artº 4º - Não existe estabilidade em cargo de Confiança ou Chefia.

Parágrafo único - Para a nomeação para cargo de Confiança será de livre escolha do Sr. Prefeito Municipal.

Artº 5º - A nomeação para o Quadro de Carrera, somente, poderá ser feita mediante concurso público de acordo com as normas do Estatuto dos funcionários municipais com observância a Constituição Federal.

Artº 6º - O pessoal do Quadro efetivo será regido pela legislação constante do estatuto

dos funcionários Municipais, Lei Municipal
24/65 e seguirão o regime previdenciário
do Instituto de Previdência dos servidores
públicos do Estado de Minas Gerais.

Art. 7º - É de exclusiva competência
do Prefeito Municipal atribuir a superintendência
dos serviços municipais ou dos unidades orga-
nizatórias ou administrativas aos funcionários
municipais, mediante recrutamento amplo ou
restrito ou para o Cargo de Confiança, bem
como a dispensa ou exoneração.

Parágrafo único - A exoneração
serviço do quadro efetivo, estatual, estadual,
podrá ser feita com base em inquérito
administrativo em que seja assegurado ao
funcionário amplo direito de defesa.

Art. 8º - Ficam revogados quaisquer
concessões de percentagens pela arrecadação
geral e pelo recolhimento da Dívida Ativa do
Município.

Art. 9º - A parcela de vencimento
constante do provento do pessoal inativo, nos
termos do 3º do art. 118 da Constituição
do Estado de Minas Gerais, passa a ter o
valor correspondente ao Cargo inativo,
e equivalente ao valor da atividade.

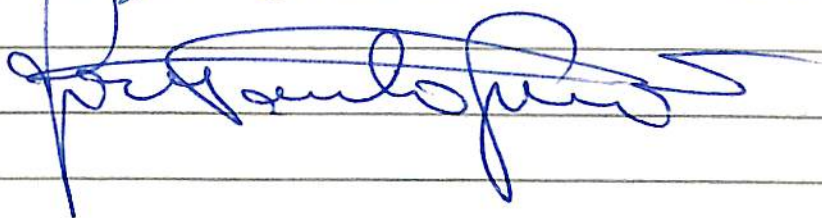
1º - Toda e qualquer vantagem
legal atribuída ao Cargo da atividade,
salvo pela prestação de serviço extraordinário
e a fins, reflete-se e será igualmente
concedida e incorporada aos proventos da
aposentadoria ou inatividade.

2º - Revogado o disposto nos
parágrafos do art. 90, 118, da Constituição do
Estado de Minas Gerais, os proventos da

inatividade, em nenhum caso, poderão exercer a remuneração percebida na atividade, no cargo ou função equivalente.

Art. 10: - Revogam-se as disposições em contrário este lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Uiracema em 8 de Março de 1971

Presidente: 
 Secretário: 